

INTEGRAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMBATE À DESINFORMAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

INTEGRATION OF PUBLIC COMMUNICATION AND COMBATING DISINFORMATION IN THE TERRITORIES

INTEGRACIÓN DE LA COMUNICACIÓN PÚBLICA Y EL COMBATE A LA DESINFORMACIÓN EN LOS TERRITÓRIOS

Suelyn Cristina Carneiro da Luz¹

suelynluz@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta um modelo metodológico que objetiva integrar a comunicação pública no combate à desinformação climática, focado no jornalismo local. A pesquisa utiliza levantamento bibliográfico, documental, visitas de campo, entrevistas semiestruturadas e aplicação de *survey online*, com base na Cartografia Social (Farias; Finatto, 2022) e na tipologia das Redes de Comunicação Pública (Weber, 2017). A proposta é aplicada em Rio do Sul, localizado na região central de Santa Catarina e um dos municípios de médio porte mais afetados por enchentes do estado. Parte-se do pressuposto de que, pela recorrência histórica de enchentes, Rio do Sul apresenta dinâmicas comunicacionais integradas e consolidadas, que apontam caminhos para territórios semelhantes. Os resultados estão organizados em formato de um guia para comunicadoras (es).

Palavras-chave: Desinformação Climática. Jornalismo Local. Redes de Comunicação Pública.

¹ Professora substituta e pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ABSTRACT

This article presents a methodological model that aims to integrate public communication against climate misinformation, focusing on local journalism. The research uses bibliographic and documentary research, field visits, semi-structured interviews and the application of an online survey, based on Social Cartography (Farias; Finatto, 2022) and the typology of Public Communication Networks (Weber, 2017). The proposal is applied in Rio do Sul, located in the central region of Santa Catarina and one of the medium-sized municipalities most affected by floods in the state. It is assumed that, due to the historical recurrence of floods, Rio do Sul presents integrated and consolidated communication dynamics that point to paths for similar territories. The results are organized in the form of a guide for communicators.

Key words: Climate Misinformation. Local Journalism. Public Communication Networks.

RESUMEN

El artículo presenta un modelo metodológico que busca integrar la comunicación pública contra la desinformación climática, centrándose en el periodismo local. La investigación emplea investigación bibliográfica y documental, visitas de campo, entrevistas semiestructuradas y la aplicación de un *survey on line*, basada en la Cartografía Social (Farias; Finatto, 2022) y la tipología de Redes de Comunicación Pública (Weber, 2017). La propuesta se aplica en Rio do Sul, ubicado en la región central de Santa Catarina y uno de los municipios medianos más afectados por inundaciones en el estado. Se parte de la premisa de que, debido a la recurrencia histórica de inundaciones, Rio do Sul presenta dinámicas de comunicación integradas y consolidadas que señalan caminos para territorios similares. Los resultados se organizan en guía para comunicadoras (es).

Palabras clave: Desinformación Climática. Periodismo Local. Redes de Comunicación Pública.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas afetam cada vez mais pessoas, cotidianamente, em todo o mundo. Em 2024, foram registradas as temperaturas mais altas da década mais quente do planeta, desde o período pré-industrial. E é inequívoco que as mudanças climáticas são resultantes e se intensificam a partir de múltiplas atividades humanas emissoras de gases de efeito estufa (GEE), responsáveis pelo aquecimento global (WMO, 2025; IPCC, 2021).

No Brasil, ao longo de 2024, o Governo Federal destinou R\$ 4,8 bilhões a municípios brasileiros atingidos por desastres. Em 2023, foram R\$ 1,4 bi repassados aos municípios que declararam emergência ou estado de calamidade pública. Somente em dezembro de 2024, por exemplo, o estado de Santa Catarina (SC) registrou mais de 1.300 pessoas afetadas pelas chuvas, em 25 municípios (MIDR, 2024a; Oliveira, 2024; Defesa Civil SC, 2024; Rodrigues, 2024).

O ano de 2025 foi o terceiro mais quente já registrado no planeta. Em novembro, o Brasil sediou a COP30, em Belém (PA), ocasião em que também foi lançado o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) 2025-2035, instrumento que reúne ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. Durante os primeiros dias do maior evento mundial das Nações Unidas (ONU) sobre o clima, uma série de tornados devastou o sul do país, principalmente a região centro-sul do estado do Paraná (PR). Cerca de 90% do município de Rio Bonito do Iguaçu foi destruído, com sete óbitos e ao menos 700 pessoas feridas. Ao todo, os eventos climáticos em 2025 afetaram 336.656 pessoas, diretamente (CNM, 2025; Pontes, 2025; MIDR, 2025; Marengo *et al.*, 2026).

Pela sua própria posição geográfica, em relação à Linha do Equador, a região sul do Brasil é vulnerável a intempéries climáticas, comumente resultantes da dinâmica atmosférica entre massas quentes e frias de ar, que se chocam nas proximidades dessa latitude. Esse aspecto favorece a formação de eventos como vendavais, ciclones, tornados, amplitudes térmicas e temperaturas extremas. Com o aquecimento global e as consequentes mudanças no clima, a suscetibilidade da região também se intensifica.

Além dos danos socioambientais, estima-se que os prejuízos decorrentes dos desastres climáticos em SC tenham alcançado a marca de R\$17,6 bi, entre 1994 e 2014.

O Atlas Digital de Desastres no Brasil complementa que, entre 1991 e 2023, o estado teve mais de R\$ 14,7 bi em danos materiais e 336 óbitos resultantes de desastres ocasionados pelos fenômenos climáticos mencionados. Dos municípios catarinenses que mais registraram chuvas extremas está Rio do Sul. Os alagamentos e enchentes são recorrentes no território, que possui grande parte do seu eixo central construído às margens da confluência de dois rios (SC Resiliente, 2019; MIDR, 2023).

Em um contexto que as enchentes são parte do cotidiano da população, a comunicação pública e o jornalismo local podem contribuir em diferentes momentos da gestão de riscos e desastres. Cabe ressaltar que há o entendimento de que a comunicação está presente em todas as etapas (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação) da gestão de riscos e desastres como, por exemplo, na troca de informações entre instituições e a população em geral. Do mesmo modo, a comunicação também se relaciona com a própria definição e percepção de riscos e desastres, o que se complexifica com o cenário atual de desordem informacional (Sampaio; Marchezini, 2026; Wardle; Derakhshan, 2017).

Este artigo apresenta o desenvolvimento da pesquisa intitulada Integração do jornalismo local e da comunicação pública no contexto de enchentes em Santa Catarina: desenvolvimento de modelo de gestão social da comunicação para o combate à desinformação e o fortalecimento de ações preventivas e educativas.

Parte-se do pressuposto de que, pela recorrência histórica de enchentes em Rio do Sul, o território apresenta dinâmicas comunicacionais integradas e consolidadas, que apontam caminhos para o combate à desinformação climática em contextos semelhantes. Isso deveria ocorrer a partir de uma via de mão dupla entre os órgãos oficiais de segurança, a comunidade e a imprensa, considerando meios formais e informais de comunicação. Assim, dá-se destaque ao jornalismo local pela sua potencialidade de cumprir função social em proximidade comunitária, tanto nas relações cotidianas e na produção da cobertura, quanto na relação em rede com demais instituições da comunicação pública (Camponez, 2002; Bavaresco; Luz; Locatelli, 2023; Weber, 2017).

O artigo está dividido em três seções. Na contextualização, as especificidades do caso de Rio do Sul (SC) são descritas, com destaque para os aspectos da comunicação

de riscos do sistema de alertas da Defesa Civil, utilizado no estado catarinense. No percurso metodológico, as ações da pesquisa são descritas. Por fim, a seção de resultados e considerações finais descreve a sistematização da rede de comunicação pública de Rio do Sul e propõe a estrutura de um material para comunicadoras(es), que contribua na integração da comunicação pública, com foco no combate à desinformação climática desde o território.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Rio do Sul é um dos principais municípios da região central catarinense, denominada Alto Vale do Itajaí, tendo como base econômica a indústria, especialmente do ramo têxtil. Há 195 km de Florianópolis, capital catarinense, Rio do Sul é de médio porte e possui 72.587 habitantes. A cidade de maior porte mais próxima de Rio do Sul é Blumenau, com 361.261 mil habitantes.

No centro do município confluem os rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, formando o Rio Itajaí-Açu. Em períodos de chuva, a cidade recebe os volumes acumulados desses rios a caminho da vazão no oceano, em um leito mais estreito e cercado pelo adensamento urbano. Entre 1991 e 2023, Rio do Sul contabilizou mais de R\$ 239 mi em danos materiais resultantes das enchentes e enxurradas, principalmente (IBGE, 2025; MIDR, 2023; Prefeitura de Rio do Sul, 2023).

Entre outubro e novembro de 2023, o cenário em Rio do Sul foi semelhante às maiores enchentes já registradas na cidade, em 1983 e 2011². No entanto, as chuvas caíram durante um período mais curto, acometendo o município com seis enchentes em dois meses. De acordo com a prefeitura, ao menos 11 mil pessoas foram atingidas em 2023. Em novembro do mesmo ano, ocorreu a segunda maior enchente registrada na história da cidade e o nível do rio atingiu 13,04 metros. No primeiro semestre de 2024, Rio do Sul enfrentou quatro enchentes. Em maio, no mesmo período do desastre climático do RS, o nível do rio atingiu a marca de 8,97 metros (Defesa Civil de Rio do Sul, 2024; 2025).

No âmbito da gestão de riscos e desastres, a comunicação contribui na integração das fases de trabalho e dos sistemas de alertas antecipado, tanto para o

² Em julho de 1983, a metragem do rio chegou a 13,58 metros e a 12,96 metros, em setembro de 2011.

público em geral, quanto na interação entre atores envolvidos no processo de emissão dos alertas e gestão dos riscos. Na região sul do país, os programas de rádio aparecem como o terceiro meio mais utilizado pela Defesa Civil para a comunicação com a população (37%). Em primeiro lugar (53%) estão as redes sociais, seguidas do uso de aplicativos (41%). De acordo com o levantamento do Atlas da Notícia, em Rio do Sul há 19 iniciativas de jornalismo local, sendo seis de veiculação *on line*, oito impressa, quatro emissoras de rádios e uma de televisão (Defesa Civil SC, [s.d.]; MIDR, 2021; Projor, 2025).

A orientação da Defesa Civil catarinense aos órgãos de Defesa Civil municipais é “incrementar o grau de informação e mobilização sobre risco de desastres urbanos, multiplicando conhecimento sobre formas de atuação dos governos locais e dos cidadãos na criação e planejamento de estratégias para o desenvolvimento urbano”. Para tanto, também orienta a organização de “audiências públicas; incentivando espaços para diálogos; promovendo simulados e outras atividades locais; formando parcerias com os meios de comunicação; comprometendo-se com escolas e hospitais; e planejando outras atividades de sensibilização social” (Defesa Civil SC, [s.d.], p. 128).

Na pesquisa nacional *Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais em Proteção e Defesa Civil*, a avaliação de integrantes de 569 defesas civis da região sul (PR, SC e RS) é a de que a comunicação com a população precisa ser melhorada, fortalecendo a cultura da prevenção, para que haja compreensão sobre as funções do próprio órgão. Esse último aspecto, do reconhecimento do papel da Defesa Civil nos municípios, aparece como um dos principais desafios de governança da organização (MIDR, 2021).

Os processos de comunicação estão presentes em todas as fases da gestão de riscos e desastres, que são: a prevenção; mitigação; preparação; resposta e recuperação. Determinante durante a ocorrência de eventos climáticos extremos, a comunicação é imprescindível para que instituições, atores sociais e imprensa estejam alinhados e integrados de maneira estratégica na prevenção de riscos e desastres. Assim, os sistemas de alertas aparecem como pontos cruciais nesses processos (Londe *et al.*, 2023; Amaral; Quevedo; Souza, 2024).

Também é importante destacar que SC possui uma instituição específica para a gestão de riscos e desastres, de abrangência estadual. Inaugurado em 2018, o Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CIGERD) tem sede em Florianópolis e possui mais 20 subsedes situadas em regiões estratégicas do estado, incluindo o município de Rio do Sul. O foco do CIGERD é na gestão de risco e desastres, principalmente com relação ao fluxo de informações entre diversas instituições que atuam em momentos de crise, seja de cunho climático, sanitário, humanitário ou outro (Nunes; Souza, 2022).

Na próxima subseção, os sistemas de alertas utilizados em Santa Catarina e Rio do Sul são descritos. Além disso, o elemento da desinformação é discutido a partir dos eventos climáticos extremos ocorridos na região sul do Brasil, entre 2023 e 2024.

2.1 Sistemas de alerta e desinformação

A Defesa Civil de Rio do Sul mantém diferentes canais de informação com a população. Pelo *site* oficial, por exemplo, qualquer pessoa pode ter acesso ao monitoramento do nível do rio em tempo real. Os modelos disponíveis demonstram as mudanças na paisagem quando o rio atinge diferentes metragens. No mapa interativo, é possível localizar cerca de 20 abrigos que a população pode recorrer em casos de evacuação. De acordo com o nível do rio, os abrigos ficam visíveis no mapa. Trata-se de sedes de associações, igrejas e escolas, em maioria.

Em todo estado catarinense, o sistema de alertas de eventos climáticos direcionados à população conta com o serviço de mensagens *SMS* para celulares cadastrados, de acordo com a localidade de código postal, o *Nowcasting*. Desde dezembro de 2024, entrou em funcionamento o novo sistema de alerta nacional, o *Defesa Civil Alerta*, focado em eventos com alto risco de desastres. A ferramenta emite alertas sonoros e de texto, bloqueando a tela do dispositivo móvel para qualquer atividade, inclusive se estiver no modo silencioso. Para receber esses alertas não é necessário realizar cadastro prévio, como no *Nowcasting*, pois utiliza-se a rede de telefonia 4 ou 5G. O *Defesa Civil Alerta* é uma ferramenta mais ampla e complementar a outros sistemas de alerta existentes (Pugas, 2024; MIDR, 2024b).

Com o intuito de pesquisar a eficácia desses sistemas de alertas, Pugas (2024) entrevistou 98 residentes em áreas de risco de desastres no município de Rio do Sul. A maioria das pessoas (61,22%) aponta que a comunicação é um pilar fundamental para a gestão dos desastres, em todas as fases do risco. E, sobretudo, indicam a necessidade dos sistemas de alertas não apenas informarem, mas contribuir na preparação das comunidades para responderem aos desastres de maneira eficaz.

O modelo de alertas adotado em todo estado catarinense objetiva possibilitar que as pessoas potencialmente atingidas possam tomar decisões de mitigação ou segurança com antecedência. Para Pugas (2024), há desafios a serem superados com relação à clareza e compreensão das mensagens e alertas.

Como mencionado, as redes sociais estão entre os meios de comunicação mais utilizados pela Defesa Civil da região sul. Na atual configuração do ecossistema digital, as redes sociais conectam as pessoas e, ao mesmo tempo, podem potencializar processos de desordem informacional e de contextos desinformacionais, com ou sem intenção de provocar danos (MIDR, 2021; Wardle; Derakhshan, 2017; Marques; Alves, 2024).

As últimas enchentes mais críticas em Rio do Sul ocorreram em meados de maio e junho de 2024, próximas ao desastre climático de maiores proporções socioambientais da história do RS, com ponto mais crítico em maio de 2024. Além da dimensão socioambiental, rapidamente, o território riograndense foi o epicentro de um intenso processo de negacionismo e desinformação climática, se tornando um grande desafio para a comunicação pública e para o jornalismo. Em suma, o desastre climático no RS gerou uma onda de disseminação de diferentes tipos de desinformação. E, em contrapartida, uma força tarefa de checagem jornalística dos fatos também foi se consolidando, diante da necessidade de centralizar a comunicação da questão pública nessa situação de colapso (Brenol *et. al*, 2025; Feitosa, 2024; Salles; Santini, 2024; Jesus-Silva; Martins, 2024; Fabrino; Aggio, 2023).

Mesmo diante das técnicas de produção de narrativa jornalística, da checagem de fatos e do papel determinante da comunicação pública, a dinâmica das redes sociais ainda confere imprevisibilidades para a gestão de riscos e desastres. Santaella (2022) reforça que as redes sociais digitais mudaram, radicalmente, a cognição e as interações entre as pessoas. E o fenômeno da desinformação complexifica o cenário.

Pela recorrência histórica de enchentes em Rio do Sul, parte-se do pressuposto de que esse território apresenta dinâmicas modelo de gestão social para uma comunicação pública integrada, podendo apontar caminhos para o combate à desinformação climática em outras localidades que enfrentam eventos climáticos semelhantes.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste percurso metodológico utiliza-se elementos da Cartografia Social e da tipologia de Redes de Comunicação Pública, além de pesquisa de campo, bibliográfica, documental e aplicação de um *survey on line* com profissionais da comunicação atuantes em Rio do Sul e região (Farias; Finatto, 2022; Weber, 2017; Babbie, 2003).

A Cartografia Social se fundamenta no aporte teórico e técnico da Geografia, para entender o território local associado a um espaço mais amplo. Assim, é possível destacar aspectos ambientais e sociais de determinado território, como suas paisagens, redes de relações e outros (Farias; Finatto, 2022).

As Redes de Comunicação Pública possibilitam visualizar um panorama da comunicação circulante, os debates e temas de interesse público. Weber (2017) elenca três contextos comunicacionais que possuem potencial incidência em debates de interesse público, são eles: o do Estado; da sociedade; e das redes de comunicação midiática. Nesses âmbitos, a sistematização se aprofunda na comunicação de instituições e organizações sociais, como os poderes executivo, legislativo, judiciário, as organizações de cunho mercadológico, político, religioso, educacional, jornalístico, e outras. Assim, cada rede de comunicação pública pode ser desenhada de acordo com o tema ou debate de interesse público analisado, possibilitando adaptações e ênfases distintas para cada pesquisa.

Tanto a Cartografia Social, quanto as Redes de Comunicação Pública fornecem elementos para analisar as relações entre poderes exercidos por instituições e organizações sociais no território. Nesse sentido, a pesquisa cartografa as redes de comunicação pública de Rio do Sul, compreendendo que analisar a comunicação pública passa por identificar atores, relações, discursos, mídias, produtos comunicacionais, dentre outros aspectos.

Além disso, o percurso metodológico também se debruça sobre o como e se essas redes de comunicação pública contribuem para ampliar ou limitar a transparência, *accountability* e a participação social, conferindo ou não mais qualidade ao processo democrático (Weber; Locatelli, 2022; 2023). No entendimento de que as mudanças climáticas e seus desdobramentos são de interesse público, assim como suas consequências e ações necessárias de prevenção e mitigação, a pesquisa centraliza a sistematização da rede de comunicação pública de Rio do Sul no jornalismo local e em instituições ligadas à gestão de riscos e desastres, diretamente.

Para tanto, organiza-se a pesquisa em duas etapas. Na primeira, as iniciativas de comunicação pública foram sistematizadas, no âmbito estadual, regional e com foco no município de Rio do Sul. Nessa etapa, também ocorreu pesquisa bibliográfica, documental³ e de campo, com entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas semiestruturadas ocorreram entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025, com 12 profissionais das seguintes instituições:

- Coordenação de Operações e Assessoria de Comunicação e Imprensa do CIGERD, que também assessora a Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil, ambas com sede em Florianópolis;
- Diretoria Executiva de Comunicação da Prefeitura de Rio do Sul;
- Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil de Rio do Sul;
- Coordenadoria Regional da Defesa Civil (Coredec), em Rio do Sul;
- Redação da Rede Brasil Aliança (emissora regional de televisão);
- Redação do Grupo Comunicação Difusora – GCD (grupo composto por um portal de notícias *on line* e três emissoras de rádio, a Jovem Pan Alto Vale, Amanda FM e Massa FM).

As questões norteadoras das entrevistas semiestruturadas abordam as seguintes temáticas, em síntese:

³ Na pesquisa documental, foram consultados relatórios sobre gestão de riscos e desastres, eventos climáticos extremos e outros temas, principalmente, publicados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (MIDR), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Defesa Civil de SC e de Rio do Sul, conforme referenciado na seção de contextualização deste artigo.

- Organização da comunicação interna das instituições em períodos de normalidade;
- Organização da comunicação interna das instituições durante as enchentes;
- Relação entre instituições de gestão de riscos e desastres e a imprensa durante enchentes e em períodos de normalidade;
- Comunicação entre as instituições de gestão de riscos e desastres e a imprensa, no âmbito estadual, regional e municipal, durante as enchentes;
- Rotina de produção de notícias durante as enchentes;
- Relação com o público e demais organizações sociais durante as enchentes;
- Estratégias para checagem de informação e combate à desinformação durante as enchentes.

Na segunda etapa a pesquisa, um *survey on line* foi aplicado, com foco em profissionais da comunicação e imprensa atuantes em Rio do Sul e região. O formulário obteve nove respondentes e ficou aberto para recebimento de respostas entre os dias 13 e 23 de maio de 2025, sendo divulgado por *email* e via aplicativo de mensageria para uma lista de 17 organizações jornalísticas, com equipes declaradas de até cinco pessoas. Essa listagem foi levantada na primeira etapa da pesquisa, principalmente, a partir da pesquisa de campo e de dados do Atlas da Notícia (Projor, 2025). O questionário para o *survey on line* é composto por 14 perguntas, que abordaram os seguintes tópicos, em síntese:

- Grau de escolaridade e tempo de experiência profissional;
- Fontes de informação prioritárias durante as enchentes;
- Avaliação da qualidade de gestão e fluxo de informações oficiais geradas durante as enchentes;
- Relação com as fontes não oficiais e comunitárias de áreas de risco durante as enchentes;
- Checagem de fatos e desinformação durante as enchentes.

Na seção a seguir, estão descritos os resultados dessas etapas e as considerações finais da pesquisa.

4 RESULTADO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia da rede de comunicação pública de Rio do Sul sistematizada na pesquisa reuniu 33 instituições e organizações que atuam antes, durante ou após as enchentes no município. São 19 no âmbito das redes de comunicação do estado, nove no âmbito da sociedade e cerca de cinco na rede de comunicação mediática.

Dentre as instituições oficiais de gestão de riscos e desastres presentes em Rio do Sul, destaca-se a subsede do CIGERD, por sua função especializada e estruturada para atuar na integração de diferentes organizações. No entanto, apesar da subsede em Rio do Sul e da proximidade física dela com a Defesa Civil municipal, o CIGERD atua no âmbito regional e estadual o que pode envolver, ou não, as organizações atuantes na cidade, diretamente.

Essa característica organizacional é pontuada, em parte das 12 entrevistas semiestruturadas e das nove respostas no *survey on line*, como um fator que desintegra a rede de comunicação pública de Rio do Sul. Isso porque a assessoria de comunicação e imprensa do CIGERD e da Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil é centralizada na sede, em Florianópolis. A avaliação é a de que essa dinâmica de trabalho à distância entrava a agilidade da cobertura durante as enchentes. Mesmo que haja contato com a Secretaria Municipal de Segurança Pública, que abrange a Defesa Civil de Rio do Sul, bem como com a Diretoria Executiva de Comunicação da Prefeitura, por parte da imprensa regional, essas instituições dependem de encaminhamentos das instâncias estaduais.

Outra avaliação é a de que isso também reflete na qualidade e fluxo das informações oficiais. No momento da pesquisa de campo, em dezembro de 2024, a equipe da assessoria de comunicação e imprensa do CIGERD e Secretaria Estadual de Defesa Civil contava com uma profissional jornalista, uma designer e uma estagiária. Ao longo da pesquisa houve troca de secretariado e a equipe foi alterada. Essa alternância de pessoal é apontada como um fator que afeta o fluxo, a qualidade das informações fornecidas e o acesso a fontes oficiais.

Ainda assim, o contato com as instituições oficiais e com lideranças comunitárias dos bairros atingidos são as fontes prioritárias na checagem de fatos durante a cobertura das enchentes, de acordo com as entrevistas semiestruturadas e o

survey on line. As redes sociais também são apontadas como os meios de comunicação com a sociedade mais utilizados no trabalho jornalístico. As respostas apontam os perfis de influência digital que repercutem notícias como os principais disseminadores de desinformação, no contexto das enchentes.

Em suma, a pesquisa pôde elencar características e práticas de rotina produtiva do jornalismo local em Rio do Sul durante as enchentes. A primeira é que o jornalismo local da cidade tem um papel importante, mantendo contato direto com a comunidade ao longo da cobertura. Em segundo lugar está a prática de alteração da programação das emissoras durante as enchentes, com a cobertura integralmente voltada aos serviços relacionados ao evento. Algumas equipes destacam profissionais para trabalharem exclusivamente na checagem de fatos e no diálogo com a audiência é essencial nessa ação, em especial quando se trata de pontos isolados e inacessíveis do município durante as enchentes. E, por fim, os inúmeros episódios de enchentes revelam a solidariedade da comunidade com as equipes de jornalistas. Há relatos de colaboração em transportes de repórteres com barcos e o fornecimento de alimentos para profissionais ilhados em redações localizadas em pontos alagados da cidade, por exemplo. Esse aspecto evidencia a proximidade do jornalismo local com a população residente no território.

Diante desses resultados e potencialidades, a pesquisa buscou elaborar um material digital, voltado a comunicadoras (es). Com isso, busca-se contribuir para a discussão sobre as mudanças do clima, que denotam diferentes urgências, aprofundam desafios, explicitam fragilidades e demandam comunicações criativas diante desse cenário permeado por processos desinformativos.

A proposta do Guia de Integração da Comunicação Pública e de combate à Desinformação Climática (Figura 1) sintetiza o percurso metodológico desta pesquisa, com a sistematização cartográfica das redes de comunicação pública, replicável em territórios semelhantes a Rio do Sul, situando no mapa as organizações com potencial de combate à desinformação climática e possibilitando traçar relações entre ela.

Figura 1 - Sumário proposto para o Guia



SUMÁRIO

Apresentação	7
Desinformação Climática e Jornalismo Local	8
Redes de Comunicação Pública e Modelo de Integração de Gestão de Comunicação de Riscos e Desastres	11
Cartografar as Redes de Comunicação Pública: Situar no mapa digital o combate à Desinformação Climática Local ...	14
O Percorso Metodológico	15
Materiais complementares	17



Fonte: Autora.

Parte da pesquisa bibliográfica e documental estão reunidas no guia, redirecionando a leitura para outros materiais complementares e específicos sobre desinformação e cobertura jornalística de riscos e desastres climáticos. Dentre eles estão materiais elaborados pelo Grupo de Pesquisa de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e de Jornalismo Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além das iniciativas do Projeto Credibilidade, como o *Mentira tem preço* e *Desinformante*⁴.

⁴ Disponíveis em: <https://jornalismoemeioambiente.com/homepage/minimanual/>; <https://jornalismoemeioambiente.com/manual-desastres-climaticos-2/>; <https://desinformante.com.br/>; <https://mentiratempreco.com.br/>

Este modelo metodológico para integração a comunicação pública no combate à desinformação climática, evidencia a potencialidade do trabalho jornalístico e da comunidade – do público, como agentes ativos dessa rede, atuantes no fluxo de informações e no combate à desinformação durante as enchentes, o que pode subsidiar pesquisas futuras.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. F.; QUEVEDO, J. P.; SOUZA, E. Evento climático extremo e vulnerabilidades: a comunicação de um desastre no Twitter. **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, 2024. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583.56.135975>

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. 2a reimpressão. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2003.

BAVARESCO, M. E.; LUZ, S. C. C.; LOCATELLI, C. A. Jornalismo local e a cobertura dos casos de Covid-19 em frigoríficos de Santa Catarina – Brasil. **Comunicação & Sociedade**, v. 44, n. 1, 2024. DOI: 10.15603/2176-0985/cs.v44n1p205-235.

BRENOL, M., CAPONE, L., ZANDONADE CARNIELLI, F., SARTOR, B. A., BASTOS DOS SANTOS, J. G. A resposta do jornalismo à desinformação na enchente de maio de 2024 no Brasil. **E-Compós**, 2025. DOI <https://doi.org/10.30962/e-comps.3198>

CAMPONEZ, C. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2002.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Desastres em 2025 já afetam milhares e expõem urgência de apoio aos municípios, alerta CNM**. Brasília, 2025. Disponível em <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/desastres-em-2025-ja-afetam-milhoes-e-expoem-urgencia-de-apoio-aos-municipios-alerta-cnm>

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARIA. **Gestão de riscos e desastres**. Florianópolis, [s.d.].

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. **Chuvas em SC: estado tem 33 municípios atingidos e previsão indica instabilidade para o Sul catarinense**. 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/chuvas-em-sc-estado-tem-33-municipios-atingidos-e-previsao-indica-instabilidade-para-o-sul-catarinense/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL. **Enchentes históricas de Rio do Sul**. Rio do Sul, 2025. Disponível em: <https://defesacivil.riodosul.sc.gov.br/index.php?r=externo%2Fplanilha>. Acesso em: 11 jan. 2025.

DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL. **Número de municípios afetados por chuvas em Santa Catarina sobe para 25, impactando mais de 1300 pessoas**. Rio do Sul, 2024. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/2024/12/09/numero-de-municipios-afetados-por-chuvas-em-santa-catarina-sobe-para-25-impactando-mais-de-1-300-pessoas/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FABRINO, R.; AGGIO, C. As metamorfoses da esfera pública ou a nova mudança estrutural. In: MENDONÇA, R. F.; SARMENTO, R. (Orgs.). **Crise na democracia e esfera pública**: debates contemporâneos. Belo Horizonte, Incipit, 2023.

FARIAS, M. I.; FINATTO, R. A. A cartografia social escolar e o estudo da realidade a partir do inventário. In: FARIAS, M. I.; FINATTO, R. A.; LEITE, V. (Orgs.). **Inventário da realidade e cartografia social**: possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava, Apprehendere, 2022.

FEITOSA, S. A. Comunicação pública e desinformação: mitigação de danos à democracia diante de eventos climáticos extremos. **Revista Comunicação Midiática**, v. 19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5016/7i3ekb24>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Blumenau. Brasília 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/blumenau.html>. Acesso em: 25 jan 2025.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers In: **Climate Change 2021**: The Physical Science Basis. Genebra, Suíça, 2021.

JESUS-SILVA, T. H. de; MARTINS, H. Rio Grande do Sul e o ecossistema da desinformação: narrativas sobre a crise climática. **Revista Comunicação Midiática**, v. 19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5016/pzggry12>

LONDE, L. R.; LOOSE, E. B.; MARCHEZINI, V.; SAITO, S. M. Communication in the Brazilian civil defense system. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 95, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2023.103869>

MARENGO J. A.; LUIZ, R.; CUARTAS, L. A.; CUNHA, A. P. COSTA, M. C.; BROEDEL, E.; SANTOS, ALVALÁ, R. C. dos S.; SELUCHI, M. E.; BENDER, F.; GUEDES, M.; ZERI, M. Estado do clima, extremos de clima e desastres no Brasil em 2025 – relatório anual. **Cemaden** – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, volume 2, São José dos Campos, 2026.

MARQUES, J. F.; ALVES, E. C. Entre regimes de informação e desinformação: modos de produção informacional na contemporaneidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/51478>

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e

Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/index.xhtml> Acesso em: 10 jan. 2025.

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Defesa Civil Nacional fecha o ano com mais de R\$4,8 bilhões para municípios brasileiros**. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/defesa-civil-nacional-fecha-o-ano-com-mais-de-r-4-8-bilhoes-para-municipios-brasileiros> Acesso em 10 jan. 2025.

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Atenção! Começa nesta quarta o novo sistema de envio de alertas**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/atencao-comeca-nesta-quarta-o-novo-sistema-de-envio-de-alertas> Acesso em 10 jan. 2025.

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. **Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais em proteção e defesa civil: região sul**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/diagnostico-de-capacidades-e-necessidade-municipais-em-protecao-e-defesa-civil> Acesso em 10 jan. 2025.

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Brasília, 2025. Disponível em <https://pn/dc.com.br/>

NUNES, T. J.; SOUZA, F. A implementação do CIGERD e os desafios para o fortalecimento de uma gestão integrada dos riscos de desastres em Santa Catarina. **Ignis**: revista técnico científica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, n. 1, jan/jun, 2022. Disponível em <https://ignis.emnuvens.com.br/revistaignis/article/view/159> Acesso em 30 jan. 2025.

OLIVEIRA, J. C. Defesa Civil apresenta dados sobre calamidades naturais do último ano. **Rádio Câmara**, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/1031047-evento-pela-democracia-pede-punicao-para-patrocinadores-de-ato-antidemocratico-e-justica-social/>. Acesso em 30 jan. 2025.

PONTES, F. Número de feridos chega a 750 após passagem de tornado pelo Paraná. **Agência Brasil**. Brasília, 2025. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-11/numero-de-feridos-chega-750-apos-passagem-de-tornado-pelo-parana>

PREFEITURA DE RIO DO SUL. **Pesquisa busca levantar total de prejuízos privados causa da enchente**. 2023. Disponível em: <https://riodosul.atende.net/cidadao/noticia/pesquisa-busca-levantar-total-de-prejuizos-privados-causa-da-enchente/> Acesso em: 20 dez. 2024.

PROJOR - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. **Atlas da Notícia** [on-line]. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://atlas.jor.br/atlas-v-7/relatorio-analitico-atlas-2025/> Acesso em: 20 jan. 2025.

PUGAS, A. F. **Avaliação do uso de alertas diante de processos de origem hidrometeorológica em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

RODRIGUES, A. Chuvas em Santa Catarina obrigam 925 pessoas a abandonar suas casas. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/chuvas-em-santa-catarina-obrigam-925-pessoas-abandonar-casas> Acesso em: 29 jan. 2025.

SAMPAIO, M. R. P.; MARCHEZINI, V. Os “riscos” e a “comunicação”: discussão conceitual a partir da transdisciplinaridade complexa. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 49, 2026.

SANTAELLA, L. A voragem da desinformação. **Revista de Jornalismo da ESPM**, v. 10, p. 4-9, 2022. Disponível em: https://arquivo.espm.edu.br/revista/2022-1_jornalismo/64/ Acesso em 20 jan. 2025.

SALLES, D.; SANTINI, R. M. **Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático**. Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais (NetLab/UFRJ), 2024. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/enchentes-norio-grande-do-sul-uma-an%C3%A1lise-da-desinforma%C3%A7%C3%A3o-multiplataforma-sobre-o-desastre-clim%C3%A1ti> Acesso em 30 nov. 2024.

SC RESILIENTE. **Índice SC Resiliente**: análise dos resultados, 2019. Disponível em: <https://www.scrediliente.sc.gov.br/material-de-apoio/>. Acesso em 10 nov. 2024.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Report to the Council of Europe**. Strasbourg, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c> Acesso em 30 jan. 2025.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos Augusto (Org.). **Comunicação Pública e política**: pesquisa e práticas. 1. ed. Florianópolis, Insular, 2017.

WEBER, M. H.; LOCATELLI, C. A. Realidade e limites da pesquisa empírica em Comunicação Pública. **MATRIZES**, São Paulo, v. 16, n. 1, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p141-159>

WEBER, M. H.; LOCATELLI, C. A. Comunicação Pública e a qualidade da democracia. In: Mendonça, R. F.; Sarmiento, R. (Orgs.). **Crises da democracia e esfera pública**: debates contemporâneos. Belo Horizonte, Incipit, 2023.

WMO. World Meteorological Organization. **WMO confirms 2024 as warmest year on record at about 1.55°C above pre-industrial level**. Genebra, 2025. Disponível em <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level> Acesso em 30 ago. 2025.

Original recebido em: 30 de novembro de 2025

Aceito para publicação em: 01 de abril de 2026

Suelyn Cristina Carneiro da Luz

Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra em Comunicação (UNESP) e especialista em Educação do Campo e Agroecologia (UNICAMP). É professora substituta no Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural e pós-doutoranda em Jornalismo, ambos na UFSC. Ministra disciplinas do eixo de Extensão Rural e pesquisa integridade da informação, comunicação pública e jornalismo local.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional